

O PAPEL DO *OPEN ENERGY* NA ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Caio José de Oliveira Alves¹
Carolina Figueiredo Germano²

INTRODUÇÃO

A possibilidade de migração dos usuários do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) decorre, ao menos de maneira preponderante, da busca de eficiências no mercado, decorrentes de um ambiente concorrencial. No contexto de maior responsabilização e de liberdade de escolha para os consumidores, presume-se a redução dos custos com aquisição de energia.

Com alicerce na Lei nº 9.074/1995³, o Ministério de Minas e Energia (MME) adotou um cronograma de abertura para o ACL, reduzindo paulatinamente os requisitos de carga para migração ao ACL. Nessa toada, o MME editou três Portarias (nº 514/2018⁴, nº 465/2019⁵ e nº 50/2022⁶) tratando da migração ao ACL pelos consumidores conectados na Alta e Média Tensão (Grupo A). Em 2025, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 1.300⁷⁻⁸ em que, dentre muitos temas, estabeleceu um cronograma migratório tratando dos usuários da Baixa Tensão (Grupo B). Embora, portanto, admitido ao menos desde 2003, é a partir de 2018 que se verifica a instituição e promoção de uma política endereçada a ampliar o ambiente livre.

É necessário considerar, nada obstante, que a abertura tem sido gradual e, em razão da complexidade operacional de lidar com aumento expressivo de compradores de energia no mercado, isso ocorre em meio a debates institucionais, alguns dos quais, além de análises sobre os impactos nos agentes econômicos em operação atualmente — tanto para as distribuidoras, como para as comercializadoras que se ocuparão de ofertar energia para esse novo público.

¹ Coordenador-Regulatório da Comissão Especial de Energia Elétrica (Ceele) da OAB/RJ. *Head* do Rolim Goulart Cardoso Advogados. Ex-assessor da Aneel.

² Advogada do Rolim Goulart Cardoso Advogados. Pós-Graduada em Direito Regulatório pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduada no MBA em Regulação, Energia e Transição Climática pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

³ BRASIL. Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074compilada.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

⁴ BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Portaria nº 514, de 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2018/portaria-n-514-2018.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

⁵ BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Portaria nº 465, de 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2019/portaria-n-465-2019.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

⁶ BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Portaria Normativa nº 50/GM/MME, de 27 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2022/portaria-normativa-n-50-gm-mme-2022.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

⁷ BRASIL. Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.300-de-21-de-maio-de-2025-631015922>. Acesso em: 6 jun. 2025.

⁸ Não convertida em lei até a data de elaboração deste artigo.

Evidentemente, ainda há necessidade de adoção de medidas regulatórias para mitigar riscos, garantir a segurança do mercado e a proteção dos direitos dos usuários nesse novo contexto. Atualmente, os agentes de distribuição de energia — concessionárias e permissionárias, essencialmente — são imbuídas de diversas responsabilidades de cunho tutelar dos consumidores — e é sintomático, inclusive, o fato das normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tratar todos os usuários dos serviços elétricos, sejam eles consumidores industriais, produtores ou propriamente pessoas físicas, como “consumidores” o que pode soar como predisposição para fins de aplicação das normas de Direito do Consumidor, quando nem todos esses poderiam ser considerados hipossuficientes. Com o mesmo cuidado de quem lida com consumidores propriamente dito, mas naturalmente também concluindo que as alterações atuais gerarão efeitos para décadas seguintes, as políticas que vem sendo discutidas pela Aneel se pautam, essencialmente, por dar segurança e previsibilidade para essa nova parcela de mercado.

Nesse contexto delimitado, ou seja, de discutir parâmetros de funcionamento, regras concorrências e conteúdo assecuratório de prerrogativas essenciais dos usuários, a Aneel instaurou a Consulta Pública (CP) nº 007/2025, cujo objetivo foi de avaliar as minutas de resolução normativa e manuais, na qual apresentou propostas de aprimoramento dos serviços de distribuição em consequência da abertura de mercado para o Grupo A, os quais potencialmente servirão de parâmetros para as fases seguintes de liberalização total.

Com potencial de promover disrupções no mercado de energia, a Aneel apresentou proposta de *Open Energy*, mecanismo eletrônico que permitirá que os usuários compartilhem (acessem e controlem, dentre outras prerrogativas típicas do contexto de dados pessoais⁹) as suas informações de faturamento e consumo de energia com comercializadores e demais agentes do mercado livre, mediante consentimento claro e dirigido, de forma similar ao *Open Banking*. Além de facilitar o compartilhamento de dados, o mecanismo poderá, nesse ambiente de a maior digitalização e inovação do SEB, fomentar o empoderamento dos consumidores com potencial migratório.

A partir dessas considerações, esse artigo visa analisar os fundamentos de criação e de potencial uma regulamentação do *Open Energy* no país, necessária no contexto da abertura faseada e total do mercado varejista. Nesse intuito, ao longo do desenvolvimento do artigo, serão apresentados um panorama da abertura do mercado de energia elétrica, uma análise da necessidade da proteção de dados e da implementação do *Open Energy* no contexto da migração ao ACL e, finalmente, será examinada a CP nº 007/2025, referente as discussões que a Aneel apresentou para a sociedade, a fim de compreender a proposta da Agência e sua repercussão no âmbito da abertura de mercado.

I. AS ABERTURAS DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O ACL ou mercado livre é definido pelo Decreto nº 5.163/2004¹⁰ como “o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de

9 BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

10 BRASIL. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5163compilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

comercialização específicos”. Ou seja, é um ambiente no qual, a partir de parâmetros mais gerais que visam preservar o funcionamento livre do mercado e assegurar garantias mínimas para os usuários, os termos e condições¹¹ da comercialização de energia elétrica são pactuados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres e especiais, de forma esses usuários possuem liberdade, e evidentemente assumem os riscos, de escolher com quem desejam contratar a sua energia, de forma a negociar condições mais vantajosas. Naturalmente, como em qualquer modelo de mercado livre, é esperado que a competição regulamentada — leia-se, a livre, em nada obstante ter limites delimitados e, afinal, estar sujeita a intervenções por parte do Regulador — resultará em redução de custos totais, eficientizando o mercado como um todo.

Além da flexibilidade da escolha e redução de custos, outra vantagem é a previsibilidade: os consumidores podem fazer contratos de longo prazo, em geral de 2 a 10 anos, com preços negociados antecipadamente. Esse tipo de contratação suplanta, ao menos em parte — os custos de conexão continuarão a ser mantidos perante as concessionárias detentoras dos ativos da rede —, os reposicionamentos tarifários anualmente realizados pela Aneel, a pedido das distribuidoras de energia, conforme especificado em seus contratos de concessão. Assim, estabelece-se no contrato uma estimativa do consumo de energia mensal futuro, o que garante, ao menos do ponto de vista de consumo mínimo, a previsibilidade de gastos com energia no período contratado¹², muito embora não se possa ignorar o risco de eventualmente restar subcontratado, ou seja, do consumo verificado na ocasião do faturamento vir a superar o da carga, cenário no qual o usuário terá que adquirir energia em urgência, sujeitando-se assim a custos notoriamente mais elevados.

Buscando-se atender a demanda social que urgiu e como resultado da CP nº 33/2017, cuja finalidade foi aprimorar o modelo do SEB, a Portaria nº 514/2018, alterada pela nº 465/2019, reduziu gradualmente os limites mínimos de carga para a migração de consumidores ao mercado livre, da seguinte forma: (i) desde 1º de janeiro de 2021, o requisito era carga igual ou superior a 1,5 MW; (ii) desde 1º de janeiro de 2022, o requisito era carga igual ou superior a 1 MW; e (iii) desde 1º de janeiro de 2023, o requisito era carga igual ou superior a 500 kW.

Ademais, nos termos da Portaria nº 514/2018, até 31 de janeiro de 2022, a Aneel e a Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) deveriam apresentar (i) estudo sobre as medidas regulatórias para a abertura total do ACL para consumidores com carga inferior a 500 kW; e (ii) proposta de cronograma de tal abertura, com início em 1º de janeiro de 2024.

Quanto às etapas de aberturas, mais recentemente, a Portaria nº 50/2022 definiu que, então a partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores de alta tensão classificados como

11 Nesse sentido, Kaercher explica que “[a]tendidas certas condições e exigências regulatórias – relativas ao lastro, ao registro, às medições e ao cronograma de contabilização e liquidação da CCEE – as partes podem estipular entre si as condições negociais e os parâmetros básicos da contratação, tais como: montantes de energia e suas distribuições temporais (e modulação), prazos e períodos de fornecimento, preços, alocação de riscos etc.”.

LOUREIRO, Gustavo Kaercher. **A disciplina jurídica da indústria elétrica**. Rio de Janeiro: FGV CERJ, 2020, p. 22. Disponível em: <https://ceri.fgv.br/publicacoes/disciplina-juridica-da-industria-eletrica>. Acesso em: 7 jun. 2025.

12 BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica: 20 anos**. Rio de Janeiro: EPE, 2024. e-book. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublishingImages/Paginas/Forms/Publicaes/Anuario20anos.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

Grupo A com carga inferior a 500 kW, podem migrar para o mercado livre, desde que representados por comercializador varejista perante a CCEE. Essa Portaria, afinal, representa um marco importante ao ampliar o universo de consumidores que poderiam migrar, dado que, antes, a migração era facultada somente aos consumidores em Alta Tensão de grande porte.

Por fim, a MP nº 1.300/2025 estabeleceu a abertura total do mercado para o Grupo B, prevendo que os consumidores industriais e comerciais possam escolher seu fornecedor de energia a partir de 1º de agosto de 2026. Já para os demais consumidores, a partir de 1º de dezembro de 2027 e, assim, concluindo o processo de abertura há muito tempo aguardado pelos agentes do SEB.

Apesar do avanço, o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle externo do Governo Federal que fiscaliza a formulação e condução de políticas públicas, regulamentação e desestatizações do setor elétrico, realizou um acompanhamento do processo de abertura de mercado por meio do processo TC 021.844/2023-2. A Corte de Contas identificou a falta de avaliação adequada dos impactos causados ao ACR decorrentes da migração — podendo resultar em aumento tarifário aos consumidores cativos em descumprimento à Lei nº 9.074/1995¹³ — e de tratamento prévio de temas relevantes, que demandavam atenção da Aneel.

Assim, visando garantir uma abertura mais segura, eficiente e com proteção aos consumidores, houve diversas recomendações do TCU, dentre as quais, vale citar, além da padronização do processo de migração para evitar a discrepância de exigências, procedimentos e prazos entre as distribuidoras, o estudo sobre o *Open Energy* e o tratamento dos dados dos consumidores, conforme detalhados no capítulo a seguir.

II. DADOS PESSOAIS E LGPB NO CONTEXTO DO *OPEN ENERGY*

Inicialmente, é de se destacar que a regulação atual apresenta disposições relacionadas ao acesso pelo consumidor dos próprios dados no âmbito do ACR e ACL. De toda forma, não há regras acerca do (i) o escopo de dados que deve ser disponibilizado e a forma de disponibilização, e (ii) como deve ser realizado o consentimento (para fins da Lei nº 13.709/2018¹⁴, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o compartilhamento de dados perante distribuidora, CCEE ou varejista.

Por conta da necessidade dessas definições e, na esteira, da delimitação dos responsáveis por apresentar e manter as informações, no âmbito do Acórdão nº 1.878/2024¹⁵, o TCU recomendou à Aneel que elaborasse um estudo para determinar os aprimoramentos regulatórios e medidas fiscalizatórias necessárias para garantir o adequado tratamento dos dados dos consumidores, para fins de LGPD. Importa destacar, que muito embora tenha o TCU destacado que nesse momento a especificidade da abertura do mercado para usuários de

¹³ Art. 15, § 5º, da Lei nº 9.074/1995.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

¹⁵ BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Acórdão nº 1.878/2024. Plenário. Relator: Ministro Antonio Anastasia. Sessão de 11/09/2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2667047>. Acesso em: 7 jun. 2025.

baixa tensão atrai a necessidade de tratamentos regulatórios próprios, as Resoluções Normativas (RENs) nº 1000/2021 e nº 1.081/2023 orientam pelo cumprimento da LGPD.

Em adição, o TCU recomendou que a Aneel explorasse alterações regulatórias que visem aprimorar o tratamento de dados pelas distribuidoras. Ratificando, o Decreto nº 12.068/2024¹⁶, que regulamenta a licitação e prorrogação das concessões de distribuição — e que é aplicável também àquelas que optarem por assinar os aditivos —, estabeleceu a necessidade de a Aneel contemplar condições que assegurem a proteção e o compartilhamento não discriminatório dos dados dos usuários, mediante consentimento prévio — algo inafastável no campo de proteção de dados —, inclusive para migração ao ACL.

No campo do SEB, o *Open Energy* visa permitir que os consumidores acessem e compartilhem seus dados, com consentimento, com agentes do mercado livre, especialmente comercializadoras varejistas, com potencial de inovação que estimulará novos tipos de contratações, como efficientizações de carga, gerenciamento de contratos de energia, bem como permitirão, então de maneira agregada, a utilização de mecanismos de redução voluntária de consumo, aplicação de tarifas-horário, dentre outros mecanismos que, atualmente, por sua complexidade técnica, ainda não são podem ser vistos como promissores no âmbito do consumo massificado.

Para o desenvolvimento do *Open Energy*, a proteção de dados se revela um elemento central, vez que é necessário garantir a privacidade e a segurança dos dados dos consumidores. Nesse sentido, a Constituição Federal reconhece a proteção de dados pessoais como um direito fundamental¹⁷, o que reforça o dever de se preservar a integridade das informações dos indivíduos, como *Open Energy*.

No âmbito da LGPD, o tratamento de dados deve observar a boa-fé e outros princípios, como a finalidade, que exige um propósito legítimo, específico e explícito; a necessidade, que limita a coleta dos dados ao mínimo indispensável; e a responsabilização e prestação de contas, que exige a demonstração, pelo agente, da adoção de medidas capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais¹⁸. Ademais, deve ser assegurado o direito de o consumidor ter acesso aos próprios dados¹⁹ e as regras para o tratamento e compartilhamento de dados pessoais, exigindo consentimento dos titulares para compartilhar com outros controladores²⁰.

Uma vez cumpridos os regimentos legalmente aplicáveis, o *Open Energy* se revela com uma ferramenta facilitadora da abertura do mercado, pois permitirá que os usuários tenham controle total sobre seus dados e possam compartilhá-los com diferentes comercializadores, fomentando a concorrência e, na mesma esteira, reduzindo assimetrias. O acesso facilitado aos dados de consumo e faturamento permitirá que os consumidores façam escolhas mais informadas ao migrar para o ACL e ao contratar serviços de diferentes agentes.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12068.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

¹⁷ Art. 5º, LXXIX, da Constituição Federal de 1988.

¹⁸ Art. 6º, da LGPD.

¹⁹ Art. 18, II, da LGPD.

²⁰ Art. 7º, § 5º, da LGPD.

Do ponto de vista do mercado, o *Open Energy* permitirá às comercializadoras e demais prestadores de serviços inovadores acessar informações de usuários que tenham consentido em fornecer suas informações. É esperado que, ao conhecer tais características, os agentes econômicos tenham condições para propor produtos que se adequem melhor à realidade dos mais diversos consumidores e, com isso, as condições reflitam melhor o interesse desses.

III. *OPEN ENERGY: ADAPTAÇÕES PARA O SETOR ELÉTRICO NA VISÃO DA ANEEL*

Através da CP nº 007/2025, a Aneel pretendeu avaliar as minutas de resolução normativa e manuais que buscam o aprimoramento regulatório dos serviços de distribuição em consequência da abertura de mercado para o Grupo A, bem como instituem o *Open Energy*, como visto objetivando maior concorrência, transparência e empoderamento dos consumidores.

Em linhas gerais, a preocupação da Aneel reside no potencial de distribuidoras utilizarem sua posição e acesso a dados e ao consumidor como forma de favorecimento de comercializadoras do mesmo grupo econômico, prejudicando a concorrência e desestimulando um mercado em criação. Nesse sentido, a CP²¹ propôs medidas regulatórias para mitigar a concentração econômica, incluindo restrições à prospecção de clientes por comercializadoras afiliadas, incentivos à mudança de fornecedor (*switching*) e a implementação do *Open Energy*.

Os principais objetivos que a Aneel apresentou na CP foram (i) evitar a ocorrência de práticas anticoncorrenciais e entraves burocráticos; (ii) facilitar o processo de migração para o ACL, por meio da redução de exigências e de prazos excessivos; (iii) facilitar a gestão de contratos e custos, através da padronização e maior transparência nas faturas dos serviços; e (iv) instituição do *Open Energy*, que, afinal, tem papel central para o atingimento dos objetivos.

Conforme se extrai do Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nº 1/2025²², o problema regulatório consiste na necessidade de “viabilizar o acesso aos próprios dados armazenados na distribuidora, na CCEE e no comercializador varejista, e o compartilhamento padronizado desses dados com o prévio consentimento, de forma padronizada e interoperável”.

Dessa forma, no âmbito da Agência, a proposta da CP contempla a edição de novo regulamento e manual de instruções da Aneel para tratar de forma específica o *Open Energy*. Não obstante, após o processo de participação pública, considerando as contribuições dos participantes, poderão ser avaliadas alterações nos regulamentos vigentes.

21. Embora a Aneel tenha sinalizado inicialmente que poderia optar por restringir o mercado de comercializadores apenas para agentes não ligados a grupos controladores das distribuidoras, a proposta atual é mais prudente, vez que compatibiliza as previsões legais com as preocupações ora levantadas pelo TCU. Afinal, quanto mais agentes ofertarem produtos, maior benefício o consumidor terá, com preços mais competitivos e eficiência na prestação.

22. BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Relatório de Análise de Impacto Regulatório nº 1/2025-STD/SGM/SFF/STR/ANEEL**. Brasília: Aneel, 2025. Disponível em: https://antigo.aneel.gov.br/web/guest/consultas-publicas?p_p_id=participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet&p_p_lifecycle=2&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_cacheability=cacheLevelPage&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_ideDocumento=54799&_participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_tipoFaseReuniao=fase&_participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_jspPage=%2Fhtml%2Fpp%2Fvisualizar.jsp. Acesso em: 5 jun. 2025.

A minuta de REN proposta, anexa à Nota Técnica Conjunta nº 1/2025²³, estabelece as diretrizes para a implementação do *Open Energy*, no qual haverá o acesso, pelos usuários, aos próprios dados e compartilhamento padronizado desses dados por meio de interfaces e integração de sistemas²⁴. Será possível a consulta direta aos dados pelos próprios usuários, por meio de interfaces padronizadas e o compartilhamento dos dados entre instituições, mediante consentimento prévio, via integração de sistemas por API²⁵. São assegurados aos consumidores diversos direitos, incluindo acesso gratuito e irrestrito aos próprios dados, fornecimento e revogação de consentimento, e transparência quanto às entidades com acesso às suas informações²⁶.

O documento determina que as instituições responsáveis pela implementação do *Open Energy* serão a CCEE, as distribuidoras e os varejistas²⁷. A guiar-nos pela proposta da Aneel, serão admitidas participações voluntárias de outras instituições, desde que observadas regras específicas de segurança e privacidade, como a vedação ao compartilhamento com terceiros e a eliminação de dados em caso de revogação do consentimento²⁸.

Os dados padronizados a serem disponibilizados, pelas instituições participantes do Open Energy, para acesso dos consumidores, são os seguintes: (i) dados cadastrais e histórico de consumo (pela CCEE); (ii) dados cadastrais, histórico de consumo, de pagamentos e informações sobre os produtos contratados (pelos varejistas); e (iii) dados cadastrais, histórico de faturamento e de pagamentos (pelas distribuidoras)²⁹. Esses dados devem estar no formato interoperável, conforme instruções da Aneel, e se referem aos últimos doze meses³⁰. O tratamento de dados deverá observar os princípios previstos na LGPD, como boa-fé, finalidade, necessidade e responsabilização³¹.

A CCEE, instituição central no modelo proposto, será responsável por (i) centralizar as informações; (ii) fornecer um diretório das instituições participantes e os endereços onde os dados estão disponibilizados por cada instituição; (iii) disponibilizar uma plataforma de integração às instituições e o desenho das APIs para o compartilhamento de dados; (iv) monitorar o funcionamento do *Open Energy*; e (v) disponibilizar um comparativo de produtos e preços de agentes varejistas³².

O consentimento do consumidor deverá ser dado por meio eletrônico, por um prazo determinado (30 dias, 90 dias, 1 ano, ou indeterminado, a critério do consumidor) e observar

²³ BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Anexo I da Nota Técnica (NT) Conjunta nº 1/2025–STD/SGM/SFF/STR/STE/ANEEL**. Disponível em:

https://antigo.aneel.gov.br/web/guest/consultas-publicas?p_p_id=participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet&p_p_lifecycle=2&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_cacheability=cacheLevelPage&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_ideDocumento=54648&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_tipoFaseReuniao=fase&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_jspPage=%2Fhtml%2Fpp%2Fvisualizar.jsp. Acesso em: 8 jun. 2025.

²⁴ Art. 1º, caput, da minuta de REN.

²⁵ Art. 1º, §1º, I e II, 7º e 8º, da minuta de REN.

²⁶ Art. 4º, da minuta de REN.

²⁷ Art. 3º, da minuta de REN.

²⁸ Art. 3º, parágrafo único, da minuta de REN.

²⁹ Art. 6º, I a III, da minuta de REN.

³⁰ Art. 6º, §§ 2º e 4º, da minuta de REN.

³¹ Art. 1º, § 3º, III, da minuta de REN.

³² Arts. 8º e 20, da minuta de REN.

o termo de consentimento padronizado pela Aneel, sendo vedada a obtenção de consentimento por contrato de adesão ou de forma presumida e a criação de obstáculos ao compartilhamento, como de autorizações adicionais³³.

O consumidor poderá revogar o consentimento fornecido a qualquer momento, por meio da mesma interface padronizada³⁴. Revogado o consentimento, a instituição que registrou a revogação deve notificar a instituição que havia recebido o consentimento e notificar a CCEE³⁵. A Aneel e a CCEE poderão, excepcionalmente, notificar a instituição para revogação do consentimento, em caso de fraude e desligamento do varejista na CCEE³⁶.

A minuta define prazos para a implementação do *Open Energy* pelas instituições participantes: (i) até 31 de dezembro de 2025, para a disponibilização de acesso aos dados; e (ii) até o final de 2026, para o início do compartilhamento de dados, mediante consentimento prévio, e da divulgação do comparativo dos varejistas³⁷.

CONCLUSÃO

O processo de abertura do mercado de energia elétrica tem avançado gradualmente, impulsionado por marcos legais (MP nº 1.300/2025) e regulatórios (em especial, Portarias MME nº 514/2018 e nº 50/2022) e pela atuação do MME e da Aneel. No entanto, desafios persistem em relação à garantia da segurança e funcionalidade do mercado livre e, consequentemente, da proteção dos consumidores e de seus interesses.

No âmbito da Corte de Contas, foi realizado um acompanhamento do processo de abertura de mercado, de modo que as recomendações do Tribunal enfatizaram a necessidade de a Aneel atuar de forma proativa na regulação, fiscalização e proteção dos consumidores no contexto da abertura do ACL, garantindo um ambiente competitivo, transparente e com regras claras para todos os agentes. De forma específica, o TCU recomendou o estudo sobre o *Open Energy* e o tratamento adequado dos dados dos consumidores.

A implementação do *Open Energy* insere-se no contexto de transformação do SEB como elemento-chave para garantir um ambiente mais competitivo, transparente e centrado no consumidor. Isso porque possibilita o acesso dos consumidores aos seus próprios dados e o compartilhamento destes, mediante consentimento, com agentes do mercado livre. Assim, será um facilitador para a abertura do mercado, pois permite que os consumidores tenham melhor controle sobre seus dados e possam compartilhá-los com os comercializadores, fomentando a concorrência, e façam escolhas mais informadas ao migrar para o ACL.

A regulamentação do *Open Energy*, conforme proposta pela CP nº 007/2025, busca viabilizar o acesso aos dados de consumidores armazenados na CCEE, no comercializador varejista e na distribuidora, permitindo o compartilhamento padronizado, com consentimento prévio. A finalidade é conferir uma maior transparência nas regras de compartilhamento de

33 Arts. 10, §§ 1º, 2º e 6º, e 13, da minuta de REN.

34 Art. 16, *caput*, da minuta de REN.

35 Art. 16, § 1º, da minuta de REN.

36 Art. 18, da minuta de REN.

37 Art. 23, da minuta de REN.

dados, com segurança e confiabilidade aos consumidores, além de fortalecer a liberdade de escolha no ACL e facilitar o monitoramento e a gestão do consumo de energia pelos usuários.

A CP nº 007/2025 representa um marco para a evolução do mercado livre, buscando solucionar entraves na migração para o ACL e trazer mais competitividade e segurança jurídica. Por isso, as discussões em curso na CP serão cruciais para moldar o futuro regulatório do *Open Energy* e sua integração com o processo de abertura do mercado. A seu turno, a implementação do *Open Energy*, em consonância com a LGPD, representará um passo importante para aumentar a transparência e o poder de escolha dos consumidores no mercado livre. Em sendo essa implementação bem-sucedida, com a devida atenção à segurança e à privacidade dos dados, poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento de um mercado de energia mais dinâmico e competitivo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Anexo I da Nota Técnica (NT) Conjunta nº 1/2025—STD/SGM/SFF/STR/STE/ANEEL**. Disponível em: https://antigo.aneel.gov.br/web/guest/consultas-publicas?p_p_id=participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet&p_p_lifecycle=2&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_cacheability=cacheLevelPage&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_idDocumento=54648&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_tipoFaseReuniao=fase&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_jspPage=%2Fhtml%2Fpp%2Fvisualizar.jsp. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Relatório de Análise de Impacto Regulatório nº 1/2025-STD/SGM/SFF/STR/ANEEL**. Brasília: Aneel, 2025. Disponível em: https://antigo.aneel.gov.br/web/guest/consultas-publicas?p_p_id=participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet&p_p_lifecycle=2&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_cacheability=cacheLevelPage&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_idDocumento=54799&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_tipoFaseReuniao=fase&participacaopublica_WAR_participacaopublicaportlet_jspPage=%2Fhtml%2Fpp%2Fvisualizar.jsp. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5163compilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D12068.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica: 20 anos**. Rio de Janeiro: EPE, 2024. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/publishingimages/paginas/forms/publicaes/anuario20anos.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074compilada.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.300-de-21-de-maio-de-2025-631015922>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Portaria nº 465, de 12 de dezembro de 2019.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2019/portaria-n-465-2019.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Portaria nº 514, de 27 de dezembro de 2018.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2018/portaria-n-514-2018.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Portaria Normativa nº 50/GM/MME, de 27 de setembro de 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/2022/portaria-normativa-n-50-gm-mme-2022.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Acórdão nº 1.878/2024.** Plenário. Relator: Ministro Antonio Anastasia. Sessão de 11/09/2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2667047>. Acesso em: 7 jun. 2025.

LOUREIRO, Gustavo Kaercher. **A disciplina jurídica da indústria elétrica.** Rio de Janeiro: FGV CERJ, 2020, 41 p. Disponível em: <https://ceri.fgv.br/publicacoes/disciplina-juridica-da-industria-eletrica>. Acesso em: 7 jun. 2025.